



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Os valores fundamentais de uma organização norteiam a ação de todos os que trabalham e conduzem a instituição, dando a sustentação necessária ao projeto institucional. A clareza dos valores que movem uma organização enseja a geração de maior valor agregado para o seu público-alvo: a sociedade brasileira. O Ministério da Educação tem como valores fundamentais:

Transparência | Integridade | Pluralismo | Equidade | Inclusão e Acessibilidade | Participação Social | Cooperação | Compromisso com resultados | Inovação

O Decreto 9.203/2017 define valor público como sendo “produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos”.

Nesse sentido, tendo como princípio os valores fundamentais do Ministério da Educação, destacam-se os principais resultados gerados e entregues à sociedade nos últimos quatro anos.

O Plano Nacional de Alfabetização inseriu o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização, levando para a sala de aula os achados das ciências cognitivas e promovendo, em consonância com o pacto federativo, as práticas de alfabetização mais eficazes, criando melhores condições para o ensino e a aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita em todo o país.

Ainda no âmbito da alfabetização, os cursos de formação oferecidos aos professores possuem, hoje, mais de 1 milhão de cursistas e mais de 10 milhões acessos. O Graphogame, aplicativo educativo que ajuda os estudantes da pré-escola e dos anos iniciais do ensino fundamental a aprender a ler as primeiras letras, sílabas e palavras,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

com sons e instruções em português brasileiro, tem no Brasil o país com o maior número de downloads do mundo, contando com mais de 1,8 milhão de downloads. O jogo é especialmente eficaz para crianças que estão aprendendo as relações entre letras e sons.

O principal programa da Política Nacional de Educação, chamado Tempo de Aprender, possui a adesão de mais de 5.160 municípios. Além desse, o programa Conta pra Mim, primeiro programa de literacia familiar do Governo Federal, promove essa prática essencial para a primeira infância. Antes dessas iniciativas, levava-se até 3 anos para alfabetizar uma criança. Hoje, isso é possível em apenas 1 ano.

Merece ser enfatizada, na sequência, a política de recuperação das aprendizagens, em que o debate sobre a necessidade de recuperação das aprendizagens se intensificou após a pandemia, considerando o longo período de afastamento dos estudantes da sala de aula. No Brasil, mesmo se a pandemia não tivesse ocorrido, já seria necessário um programa de recuperação das aprendizagens devido ao déficit de conhecimentos observado nas últimas edições do SAEB, em 2017, 2019 e 2021.

Dessa forma, foi instituída, por meio do Decreto nº 11.079/2022, a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica, que propõe um acompanhamento contínuo do processo de aprendizagem dos estudantes, buscando recuperar as defasagens identificadas. A plataforma computacional desenvolvida para apoiar a ação possibilita a aplicação de avaliações para alunos de todo o ensino básico, com base no nível de aprendizagem, nas quais o sistema propõe para as escolas método pedagógico, material didático e acompanhamento personalizado para efetivação da recuperação das aprendizagens dos estudantes.

Até novembro de 2022, mais de 6,4 milhões de estudantes foram cadastrados na plataforma, em mais de 2.600 municípios, possibilitando a realização de um diagnóstico



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

quanto ao nível de aprendizagem dos alunos e permitindo, aos professores, identificar as principais dificuldades em relação às habilidades em língua portuguesa, matemática, ciências e língua inglesa. Dessa forma, é possível planejar suas atividades personalizando as aulas conforme o nível de aprendizagem dos estudantes.

A plataforma de digitalização permite, por meio de inteligência artificial, transformar as imagens de textos manuscritos em textos digitais, além de realizar a correção da redação em dimensões como: forma, coerência, coesão, pontuação e segmentação textual. A base de dados dessa plataforma já conta com mais de um milhão de digitalizações, permitindo uma precisão de mais de 90% nas correções.

Além das avaliações, o Ministério da Educação disponibiliza materiais estruturados, a fim de apoiar o professor, o monitor e o estudante. Há também vídeos tutoriais para utilização dos materiais.

A Política Nacional para a Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica, foi apresentada no Fórum Mundial da Educação em maio deste ano para mais de 100 ministros da educação em todo o mundo. O Banco Mundial considera essa política uma referência para o mundo e solicitou autorização ao MEC para replicação do modelo em outros países que tenham interesse, o que foi prontamente atendido pela Pasta.

Importante ressaltar a Política Nacional para o Novo Ensino Médio. Essa política visa aumentar o interesse dos jovens nessa etapa da educação, aumentar a carga horária de estudo, assegurar direitos iguais de aprendizagens dos estudantes, em caráter nacional, conforme BNCC e conferir maior protagonismo aos estudantes, com a possibilidade de escolherem em quais conhecimentos irão se aprofundar, nos itinerários formativos disponibilizados pelas escolas, garantindo a melhoria dos resultados de aprendizagem.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A educação profissional e tecnológica é um pilar importante da reforma do novo ensino médio. As parcerias entre as redes de oferta do ensino técnico, o Governo Federal e os Estados serão fundamentais para dar mais oportunidades de formação para nossos jovens e ampliar seus conhecimentos técnicos e a empregabilidade.

O Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio prevê que, até 2024, todas as séries do ensino médio já terão implantado o novo modelo.

Para a implementação do Novo Ensino Médio, o MEC firmou o Acordo de Cooperação com o Banco Mundial, para apoiar técnica e financeiramente as 27 unidades da federação.

No que se refere ao material didático, por meio do PNLD 2021, foram distribuídas obras didáticas de Projeto de Vida e Projetos Integradores, bem como obras das 4 áreas do conhecimento (Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas).

No que se refere à transformação digital da educação brasileira, os avanços foram significativos: o MEC assinou acordos de cooperação com Microsoft, Google, Oracle, Adobe, Huawei e outras empresas de tecnologia para oferecer plataformas e soluções tecnológicas, grande parte delas gratuitas, para as redes de ensino. Além disso, foi lançado o MECPlace, que é um ecossistema de soluções digitais para facilitar o acesso a soluções inovadoras por estados e municípios. Das cerca de 38 mil escolas sem conectividade antes da pandemia, o MEC conectou 26 mil.

Ademais, foram iniciados projetos inovadores, como o novo sistema Presença, os novos e-Mec e SisCebas, os apps Jornada Estudantil e SouTec, o Diploma Digital, entre tantos outros avanços para que a educação brasileira seja mais moderna e resiliente.

Outra ação relevante do MEC foi a homologação de Parecer do CNE que estabelece a inclusão do pensamento computacional no currículo escolar, desde o 1º ano do ensino fundamental.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A computação permite explorar e vivenciar experiências, sempre movidas pela ludicidade por meio da interação com seus pares. Há premissas pedagógicas estabelecidas para educação infantil, ensino fundamental e ensino médio a serem atendidas pela escola na evolução do aprendizado. Essa área do conhecimento é fundamental para o desenvolvimento dos alunos, tornando-os mais aptos para a compreensão do mundo contemporâneo e para o mercado de trabalho.

No ensino superior, o MEC avançou com diversas entregas e políticas. O Programa Alunos conectados auxiliou milhares de alunos carentes com chips de conectividade. Foi lançado também o Diploma Digital, que proporcionou mais transparência e segurança na emissão e comprovação dos diplomas emitidos. O Ministério também incrementou esforços nos EMBRAPII nas universidades e institutos federais, com a instalação de mais de 20 pólos para incentivar pesquisa e atrair investimentos, fomentando a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias em diversas áreas do conhecimento. Nesse contexto, foram concluídas mais de 439 obras com investimento superior a 2,1 bilhões de reais. Foi editada Medida Provisória permitindo as renegociações de dívidas do FIES, auxiliando cerca de 250 mil pessoas, com a redução da dívida em até 99% e criado o Portal Único de Acesso ao Ensino Superior, que unificou, em um mesmo local, todas as informações dos processos seletivos do MEC, facilitando a vida de milhões de estudantes que buscam informações sobre esses programas todos os anos.

Na pós-graduação, o MEC avançou com diversas ações. Foi garantida a segurança jurídica e a qualidade do processo de avaliação da pós, regularizada a composição do Conselho Técnico e Científico, aperfeiçoad o processo de concessão de bolsas, criado o Programa Estratégico para o pós-doutorado, as pesquisas desenvolvidas foram auxiliadas durante o período da pandemia e foi criada uma nova interface do Portal de Periódicos, facilitando o acesso a mais de 42 mil publicações em diversas áreas do conhecimento. Ademais, o MEC fortaleceu e celebrou diversas parcerias nacionais e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

internacionais, com destaque para a reinstalação de cátedras em universidades estrangeiras de renome, entre tantas outras ações.

Lembramos também que o Ministério da Educação retomou os debates acerca da instituição do Sistema Nacional de Educação — SNE, visando à regulamentação do regime de colaboração entre os entes. Nesse sentido, a equipe técnica do MEC, em articulação com renomados especialistas e estudiosos da área educacional, trata dos temas estruturantes que devem compor as regras nacionais no que concerne ao atendimento educacional, redução das desigualdades, o currículo, a avaliação, a valorização profissional e o financiamento da educação.

Além disso, com a finalidade de dar cumprimento à determinação do Plano Nacional de Educação de instituir o Sistema Nacional de Educação, o MEC buscou contribuir para a discussão e possui elaborado um projeto de lei que estabelece um sistema ágil, menos burocrático e que, ao mesmo tempo, oportuniza o regime de colaboração federativo, respeitando-se as competências constitucionais estabelecidas para cada ente.

É com dedicação e respeito que o MEC se empenha em abrir caminhos e fortalecer a estrutura que sustenta a educação brasileira, proporcionando ganhos e crescimentos fundamentais à sociedade.

Conheça mais sobre os projetos e programas no MEC: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/programas-e-projetos>.